

DO NEGRO NA CIVILIZAÇÃO AGRÍCOLA DO BRASIL (*)

EDSON POTSCH MAGALHÃES

(Do Departamento de Economia Rural)

Há um interesse geral, em todo o mundo, para se conhecer e saber alguma coisa com respeito aos descendentes de Caim. Pelo menos, é o que nos parece. Ora exploram o material africano alim de passá-lo pelos cadinhos mais recalcitrantes, ora estudam-no como elemento de valor econômico, étnico ou social.

Nossa desprezenciosa palestra, senhores, longe dos fóros de conferência ou de doutrina, é apenas um apanhado geral do que temos lido e ouvido, ajuntado às nossas idéias pessoais.

O tema que escolhemos, "Do negro na civilização agrícola do Brasil", talvez não seja o melhor para essa cooperação que trazemos ao Clube Ceres. De qualquer forma, há nesse concurso qualquer coisa que possa ser estudada sob esse título e por isso mesmo o deixamos como tal.

Não ignoramos a complexidade do problema. Nem por isso nos esquivamos de trazê-lo aos que nos honram, ouvindo-o. Elaborando-o, apreciamos um pouco mais o panorama pátrio e remontamos à História — essa mestra da vida — como escreveu Cícero. Elaborando-o, pesquisamos coisas úteis e analisamos notável porção da nossa economia.

Julgamos de bom alvitre, dividir o nosso trabalho em 4 partes e desenvolver cada uma delas segundo uma questão que nós mesmos formulamos.

Vejamos a primeira: "*E' possível ter-se agricultura extensiva e intensiva, nos trópicos, sem o concurso do negro?*"

Não há dúvida. A pergunta é um tanto vaga. Vamos delinear a frizando que a localidade única são os trópicos, que o elemento é o negro, que as possibilidades são de agricultura extensiva e intensiva e que a época são as diferentes fazes da nossa formação econômica.

Para objetivação da nossa dissertação admitamos o Brasil e, como pontos de referência, primeiramente o Brasil Colonial e Brasil Imperial (séculos 16-17-18) e o Brasil de hoje, republicano (séculos 19 e 20). É fácil deduzirmos que os aspetos são sensivelmente diferentes.

(*) Conferência realizada no Clube Ceres.

No primeiro caso (épocas colonial e imperial), responderemos *não* para a primeira parte do tema proposto, isto é, cultura extensiva. No segundo caso, (época republicana) responderemos *sim*, quer para a primeira, quer para a segunda parte do tema (cultura extensiva e intensiva).

Entendamos, aqui, como cultura extensiva, a penetração, o desbravamento, o primeiro estabelecimento nas regiões tropicais brasileiras (preponderância do meio selvagem, domínio da natureza sobre o homem). Como cultura intensiva, entendamos o segundo estabelecimento, o sedentarismo, a estabilidade (algo cada vez mais e na medida do possível, da influência possível do homem sobre o meio). Em caráter econômico, o que acabamos de dizer se resume, de um extremo a outro, isto é, do extensivo ao intensivo, no predomínio da natureza sobre o capital e, depois, do capital sobre a natureza, tendo-se sempre, como intermediário, o homem com a densidade de população, acúmulo de riqueza, cultura e civilização.

Ainda, para melhor compreensão do objetivo em vista, façamos distinção entre *ecumêne* e *acumêne*. Si o primeiro é a área habitável pela humanidade porque possui condições, melhores ou piores, de adaptação à vida humana, condições previstas na acessibilidade das regiões contidas nas zonas tórrida, temperadas e frígidas; o segundo, o *acumêne* é a área inhabitável, incurso em qualquer das regiões geográficas citadas, porque não dispõe, em absoluto, de condições de adaptação à vida humana. Se no *ecumêne* todas as raças humanas, de maior ou menor resistência, e segundo as zonas naturais, são de maior, pior ou péssima adaptação; no *acumêne* nenhuma raça humana se adapta porque, sem condições necessárias à vida, não é possível adaptação, pelo menos no período atual do trabalho humano.

Parece, pois—ao menos pelo que nos indica a observação prática—que as regiões incluídas nas zonas temperadas são as de melhor adaptação à vida humana. E' o caso que, ali, segundo nos parece, "o clima na sucessão normal e metódica dos fenômenos atmosféricos", se torna mais bem afeito à plenitude vital. Tal normalidade, porém, ao se sair das regiões temperadas, descamba em sucessivos excessos, quer nas regiões abrangidas pela zona tórrida, quer nas zonas frígidas e isto até certos extremos que impossibilitam a vida. Daí (quer nos parecer) as raças no mundo organizado. São também as raças humanas como função do meio, do clima, do conjunto médio dos fenômenos de ordem atmosférica que decidem do aspeto, da maneira de ser, da fisio-

mia, do fâcies de uma região ou localidade, decisão que também abrange o homem porque, apesar de animal racional, ele ainda não tem poder para controlar diretamente o clima e, mesmo, diretamente em toda sua completa extensão, o meio.

Daí a raça "*entidade natural ou física, como o conjunto mais ou menos numeroso de indivíduos de idêntica constituição anatômica, a qual se transmite por hereditariedade*". Daí, as raças, a se diferenciarem pela cor da pele, conformação craneana, conformações nasal e facial, estatura, cor dos cabelos e dos olhos, conformação capilar, etc. Para o nosso governo, tenhamos em conta, porém, que a raça, sendo entidade natural, nada tem de ver com as entidades de ordem artificial: línguas, costumes, religiões, nacionalidade, etc. Pode haver indivíduos da mesma raça que se exprimem em diferentes idiomas, que rezam por credos diferentes, que usam costumes desiguais, etc. Ex.: o negro no Brasil fala o português. Não muda, porém, de raça. Continua a ser negro.

A recíproca também é verdadeira. Há línguas, religiões, costumes, instituições políticas, econômicas e sociais idênticas, utilizadas por gentes diferentes, das mais variadas raças.

Mas quanto ao meio, ao clima, as raças respondem diferentemente. Há raças que se aclimatam. Há raças que se acomodam e há raças que são incompatíveis para determinados tipos de clima tropical e outros climas e vice-versa. E esse fato mais se complica se considerarmos os indivíduos dentro dos tipos que, por exemplo, com relação à Europa, poderemos dizer: *europæus* (alemães do norte, holandeses, dinamarqueses, ingleses, etc.); *slavônicos* (polacos vistulianos, russos brancos, alemães silesianos, etc.) *alpinos* (austriacos húngaros, tcheco-slovâquios, italianos do norte, etc.) *dinâricus* (sêrvios, croatas, montenegrinos, etc.); *meridionalis* (portugueses, hespanhoes, italianos do sul, gregos, etc.); todos brancos, mas biotipologicamente diferentes.

Esse fato que se constata com respeito aos *brancos* da Europa, pode ser observado com respeito aos *amarelos* da Ásia, aos *negros* da África e aos *vermelhos* da América.

Tais tipos, segundo suas respectivas raças, quando transportados do início original a um meio estranho, respondem diferentemente, quer pela aclimação, quer pela acomodação, quer pela incompatibilidade (negação).

Para melhor elucidação, vejamos o seguinte exemplo: na Austrália, o índice de morbidade da população anglo-sa-

xônia é de 7/1000 para a zona norte da ilha, de clima tropical; é de 3/1000 na zona centro, de tropicalismo mais brando, e é de 2,5/1000 na zona sul, de clima temperado. (Estatística de 1923).

Se ao que se acaba de expôr, ainda que de modo muito rápido e preliminar, com respeito às etnias, juntarmos, agora, ligeiramente, alguns dados históricos, demográficos, psíquicos, econômicos, políticos e sociais, iremos notar que somente por intermédio do negro, escravo, os portugueses poderiam, ao tempo, e de modo estavel, tomar posse definitiva do Brasil Colônia, colonizando-o e, o Brasil Império, manter-se com base econômica na agricultura extensiva.

Para tanto, bastaria consultarmos o Estado da Europa nos séculos 14 e 15, quando o mundo, saindo do feudalismo, procurava integrar-se numa nova ordem política; ao tempo, as condições econômicas e sociais das massas ignorantes e analfabetas dos servos, as castas, as lutas entre barões, príncipes e reis na transformação da aristocracia da terra pela nobreza da côrte; ter em conta, na época, a luta entre reis e o papado pela supremacia do temporal; a unificação da França com Luiz XI; a guerra dos cem anos; a guerra das duas rosas; a Espanha com Fernando e Isabel; os Habsburgos na Alemanha; os Médicis na Itália, etc.

Convem ainda considerar, por ser importante nesses casos, a invasão dos turcomanos, vindos do Oriente, (Constantinopla e Stambul) e a invasão e persistência dos Árabes, vindos do norte da África através a Ibéria...

Dai, a conquista do mar tenebroso (Portugal - Dinastia de Aviz 1385 - 1500), o infante D. Henrique — A Escola de Sagres — O caminho pelo Ocidente — A Conquista da África — A Índia — Colombo — Álvares Cabral — O Brasil e o Brasil abandonado — A Pirataria — A Desilusão de Portugal dos sonhos da África e da Ásia — Retorno ao Brasil — Martin Afonso de Souza — As donatárias, etc.

Desfeitos os sonhos do Oriente surgiu para Portugal — voltando-se para o Brasil — o problema de como colonizá-lo.

Portugal, bem como a Espanha, a Inglaterra, a Holanda, a França, etc., pelos sucessos que se desenrolaram e se desenrolavam nos séculos 14 e 15 — redundando sempre em guerras tremendas com o sacrificio de milhares de pessoas — e necessitando estar alerta aos formidáveis ataques dos invasores herejes (turcomanos e arabes), não dispunha de gente em excesso (súbditos suficientes) capaz de colonizar as novas terras então conquistadas. E, nesse caso, especial-

mente Portugal detentor em maior grau ou escala, de extensos domínios nas ilhas e nos continentes asiático, africano e americano. A população de Portugal, na época, (início do século XVI) era de 1 milhão e poucos habitantes. De resto, eram péssimos, por motivos vários, suas condições econômicas e sociais, chegando até a perder, como o sabemos, sua independência, dominado pela Espanha (1580-1640). Sòmente depois da restauração é que, com a dinastia de Bragança, recupera a vitalidade, mesmo assim, sejamos francos, à custa do trabalho dos brasileiros e das minas de ouro do Brasil.

Ora, nas condições a que nos vinhamos nos referindo, quando Portugal tornou a voltar-se para o Brasil (início do século XVI) o único recurso para colonizá-lo seria aproveitar-se do maior número de braços que se concentravam, então, nos continentes asiático, africano e americano, e, dentre eles, o braço negro, de mais facil sujeição, escravizando-o ao trabalho, não só no próprio continente europeu, como nas ilhas ora descobertas e nas terras da América, do Novo Mundo.

Foi o que fez Portugal e, com ele a Espanha, a Inglaterra, a Holanda, a França, etc. E nesse particular nenhuma potência marítima (e eram essas as potências marítimas da época) podia escapar a tal observação.

Nesta altura, à melhor elucidação do assunto, pôder-se-á fazer uma pergunta: — Por que a escravidão? Não seria melhor os brancos, ainda que em parte bárbaros, — contudo num estado de maior civilização, — penetrar as regiões descobertas e, aproveitando os respectivos indígenas conduzi-los mais brandamente a um estado de progresso e civilização?

Não. O estado ainda bárbaro em que se achavam os brancos, no sentido econômico, político, cultural e social, ainda se distanciava em geral, pouco do estado bárbaro de semi-selvagem em que se achavam principalmente os vermelhos (astrolatria) e os negros (Feticismo) e os amarelos (talvez espiritualmente mais adeantados, mais incompreensíveis aos brancos).

De fato, de considerarem os brancos, (tidos como superiores) os homens daquelas raças como coisas, e sendo os negros amarelos em maior número e inhóspitas aos brancos (ascendrado tropicalismo) as suas regiões de origem, ao menos as descobertas e conhecidas pelos brancos, restava, pois, a eles, brancos, peá-los e levá-los, como animais, escravos, a outros centros (de tropicalismo mais brando), como fizeram com os negros ou peá-los e, ainda como animais, servirem-se deles nas próprias regiões, nos centros litorâneos

de maior trabalho, como fizeram com os índios naturais brasileiros.

Um exemplo frizante: Havia um título nas Ordenações Manoelinas assim concebido: *De como se podem enjeitar escravos ou bestas por doença ou manqueira.*

É possível, portanto, conceber, na época, por motivos físicos, psíquicos, sociais e econômicos dos homens brancos, a razão de ser da escravidão e a caça ao negro e ao índio para colonizar as terras, então descobertas, através do trabalho escravo do próprio negro ou vermelho, sob a chefia dos brancos, tidos como superiores, ou como os únicos homens de fato.

Dai, pelas razões expendidas, a escravidão dos negros, vermelhos e amarelos, como exclusivo caminho a seguir para colonizar e, tanto mais que, como dissemos, nenhuma das potências marítimas da época se excusou da escravidão.

Eis portanto o motivo da nossa resposta *negativa* à primeira parte da questão em apreço. Não seria possível, aqui, no Brasil, nas épocas colonial e imperial, a agricultura extensiva sem o concurso do negro.

Pelo trabalho escravo (único acessível aos brancos da época) é que as novas terras descobertas foram colonizadas e tratadas pela cultura extensiva. E nem poderia deixar de ser assim.

Agora, pela cultura extensiva e somente por ela, sob a chefia, está claro, dos brancos, os resultados obtidos, somente apreciáveis na época atual, muito dependeram da orientação seguida, de início, e depois sucessivamente, pelos brancos no tratamento dispensado aos escravos e a libertação posterior a estes concedida.

Vejamos a cultura extensiva. Tenhamos, sempre, como base, o Brasil. E no Brasil, sabemos, na época colonial, predominou, com o trabalho do escravo, a grande propriedade.

Analizemos as razões determinantes de tal predominância:

1º—Escassês de braços, embora escravos, para um mundo de terra.

2º—Num primeiro estabelecimento e mesmo num segundo e num terceiro, tal a extensão territorial, parece que as culturas tropicais resultam mais rendosas quando tratadas em grande escala (café, cana, fumo, etc).

3º—A instalação de um engenho de açúcar (cultura e indústria primordial do Brasil), ainda que modesto, exigia

uma despesa nada menos de 10.000 cruzados (cerca de 300 contos, hoje) e, necessitava, ainda, de 150 a 200 trabalhadores.

4°—Para a pequena propriedade (cultura intensiva) não havia mercado para escoamento dos produtos e estes encontrariam, para o escoamento, as dificuldades de transporte. Ao contrário, para os produtos ou produções em grande escala dos latifúndios e dos engenhos.

5°—O perigo das agressões dos gentios era um óbice grande à pequena propriedade. E tanto assim que as próprias determinações régias exigiam dos colónos, grandes proprietários, um preparo bélico permanente, inacessível ao pequeno proprietário. Cada senhor era obrigado a sustentar 4/3 de espingardas, 20 espadas, 10 lanças e 20 gibões ou pelotas de armas, além de uma casa forte. Cada morador de engenho devia possuir uma arma: lança, espada ou arcabuz.

6° -- Nessa circunstância a pequena propriedade, si possível, poderia medrar somente a coberto da grande propriedade, em seus arredores, o que, porém, não convinha ao senhor de engenho devido à existente falta de braços. Assim, o senhor de engenho, quer pela força, quer pela legislação, anulava a pequena propriedade pela necessidade de braços de que se ressentia.

Então, o Brasil Colonial se fundava na grande propriedade, na cultura extensiva, atendidas as razões mais que justificáveis acima expostas. E esta se verifica também, com a orientação dos ingleses no sul da América do Norte, com espanhóis e franceses, nas Antilhas, etc.

Mas, dir-se-á, e a colonização do norte da América do Norte, feita por brancos livres? De fato. Não negamos. Foi uma realidade e realidade que servirá, antes pelo contrario, para melhor asseverar nossa *resposta negativa* à primeira parte do tema que vimos respondendo.

A colonização do norte da América do Norte, embora levada a efeito por homens da raça branca, o foi por brancos do tipo europeu que se achava na época, em outro estado de cultura e civilização e que se transferiram de uma zona temperada da Europa para uma zona temperada da América, quasi sem solução de continuidade quanto ao clima, fator decisivo na aclimatação. De resto, agiram também pela cultura extensiva. E nem poderiam deixar de agir assim.

Já no sul da América do Norte, bem como do Brasil, nas Antilhas, etc., os brancos do *tipo europeu* não tiveram persistência adaptiva nem para a chefia do trabalho escravo, dos negros. Depois das primeiras arrancadas, fracassa-

ram. Há quem diga,—Oliveira Vianna—que os primeiros bandeirantes foram brancos do *tipo europeu*, portugueses do norte de Portugal com sangue godo e visigodo. Outro fato: os brancos do *tipo europeu*, não portugueses, apenas arranharam o litoral brasileiro. Apenas os brancos do *tipo meridionalis*, (portugueses, espanhóis, etc.), de mais fácil aclimação, venceram o tropicalismo nacional. Mais, não só por isso triunfaram na grande epopéia que foi para Portugal (pequenino país plantado na esquina do planeta) a colonização e conquista territorial brasileira. Embora de mais fácil aclimação, despiram-se os portugueses, nossos colonizadores, do preconceito de raça. Trenados nas excursões à África e heróis nas lutas que sustentaram por séculos seguidos com os árabes, puderam os portugueses, colonizadores do Brasil, aproximar-se sem escrúpulo, dos negros e das negras, dos índios e das índias (estas bem aparecidas com as mouros árabes e com costumes mais ou menos idênticos) e cruzaram-se, facilitando, assim, o povoamento e o trabalho, embora escravo, no novo mundo brasileiro. E isto, sem criarem, por essa forma, os problemas sérios, para a época atual, como o problema negro americano do norte, o abandono em que vivem as colônias (Guianas) européias na América do Sul, e, também, o caso das Índias, relativo aos ingleses, caso que, embora de outro aspeto, se assemelha em linhas gerais, ao que nos vimos referindo e que poderá, assim, também servir de exemplo.

Se na época (séculos 16-17 e 18) foi imprescindível o concurso dos negros para colonização, através da cultura extensiva, nas regiões sitas na zona tórrida, embora de clima de tipos diferentes, hoje, na mesma zona, e no seu ecumêne, não mais se necessitará o concurso do negro, ou dos índios, ou dos amarelos para efetividade de qualquer colonização no sentido moderno do termo. Dotados os homens de ontem e de hoje (séculos 19 e 20) de poderosos recursos capazes de tornar as zonas tropicais, extremas, possíveis de mais rápida e melhor aclimação aos brancos do *tipo meridionalis* e mesmo do *tipo europeu*,—antes pelo contrário, aproveitar-se-á dos negros e dos índios da zona tropical para lhes imprimir pelo trabalho, trabalho técnico (instrução e educação), em caráter mais rápido e livremente, princípio de progresso e civilização. E' o que fazem, hoje, os europeus

nas suas colônias da África, Ásia e Oceania, não só pelo trabalho técnico em cultura extensiva, como também pela cultura intensiva onde já existem grandes concentrações demográficas.

Acreditamos, porém, que tal trabalho técnico, mantendo-se o preconceito de raça, constituirá pelo tempo afóra, pelo aperfeiçoamento, cultura e separação dos nativos, sérios perigos à nação civilizadora. E' verdade que tal aperfeiçoamento não se verifica (como se verificou na América do Norte) porque a escravidão se mantém, de uma forma ou de outra, disfarçada, mas sempre se mantém.

A' tal comédia, nova forma de exploração, seria melhor não existir (segundo quer nos parecer) o preconceito de raça e dar-se o cruzamento, isso por certo não evitando os perigos (independência; separação) mas, como no nosso caso, Brasil, constituindo um novo tipo racial participando das raças colonizadoras (indígenas e alienígenas) em melhor co-operação humana, constatando-se embora, a independência da colônia qualquer que fosse.

Abramos um parenteses. Há, de ontem, o caso da Etiópia. Estamos de acordo com a atitude italiana. Os excessos brancos (demográficos) civilizados, não podem e não devem sofrer dos próprios excessos nos limites estreitos das fronteiras. (E não sofrem, e por isso haja vista os acórdos entre os civilizados nos tratados de emigração e imigração). Assim, também os negros, amarelos e vermelhos, não devem definhar na própria barbaria e selvageria quando têm meios de cultura e civilização. (Já ouvimos que o único bem da humanidade reside na solidariedade humana compreendida pela mais alta cultura e civilização.)

E' o que se refere à invasão da Etiópia. Negá-la, seria negar o Brasil de hoje pela condenação da invasão portuguesa das terras pertencentes aos índios.

O mal está em manter a escravidão, seja porque meio for. Posto, porem, tal império de lado, si se leva cultura e civilização aos povos bárbaros e selvagens em carater de extrema solidariedade, e até ao cruzamento, isto é, sem preconceito de raça, constitui tal fato orientação humana digna de aplausos. E' o que nossa mentalidade moça entende como reflexo da nossa maneira de pensar.

(Continua no próximo número)